

Notas C2A

Defender os direitos dos camponeses : Para uma Declaração das Nações Unidas

Número 23 - noviembre 2015

Assassinato de sindicalistas camponeses na América Latina, suicídios de agricultores familiares indígenas que não conseguem reembolsar as suas dívidas por falta de renda decente, expulsão de camponeses de suas terras na África... Os camponeses fazem parte das pessoas cujos direitos são os mais massivamente violados. Mais de 80% das vítimas da fome são rurais, essencialmente os pequenos produtores agrícolas¹. Diante desta situação, os movimentos camponeses mobilizam-se para obter a adoção de uma Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses.

1 - As violações dos direitos dos camponeses

Violações dos direitos às sementes e à terra, discriminação contra as camponesas... Os atentados aos direitos dos camponeses são numerosos.

O direito às sementes em perigo

Sem sementes, não tem agricultura. Tradicionalmente, os camponeses produzem, semeiam, trocam e vendem suas sementes. Este direito é cada vez mais ameaçado por regras que privilegiam as sementes industriais comercializadas pelas multinacionais, em detrimento das sementes camponesas. As novas iniciativas internacionais, que mobilizam capitais privados destinados a investimentos na agricultura², e os recentes acordos de livre comércio aceleram os processos de revisão das leis de sementes.

Foi o que aconteceu na Colômbia onde, em 2010, a implantação do acordo de livre comércio com os Estados Unidos conduziu o Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) a adotar a resolução 9.70. Segundo este texto, somente as sementes certificadas, portanto industriais e frequentemente produzidas por empresas americanas, podem ser utilizadas. Os infratores expõem-se à destruição das sementes e das colheitas, a multas ou até à prisão. Esta resolução foi implantada com brutalidade pelas autoridades colombianas. Em 2012, por exemplo, na pequena cidade de Campoalegre, o exército invadiu os armazéns, os caminhões de rizicultores e destruiu

70 toneladas de arroz. Diante da mobilização camponesa, o governo decidiu finalmente suspender a aplicação da resolução 9.70, em setembro 2013³.

Defender os direitos à terra : um combate de altos riscos

Quarenta e três defensores dos direitos à terra foram assassinados entre 2011 e 2014, denuncia um relatório publicado em dezembro de 2014 pela FIDH e pela OMCT⁴. Este número, já considerável, é no entanto muito inferior à realidade. Com efeito, este relatório apresenta somente os casos para os quais dispõe de informações suficientemente precisas. A estes assassinatos se adicionam outras formas de violências tais como as ameaças, as agressões físicas e as detenções arbitrárias.

Em Honduras, por exemplo, os membros da organização camponesa MARCA lutam desde 1994 pela restituição de suas terras no vale de Bajo Aguan. Eles são regularmente agredidos tanto pelo Estado quanto pelos « guardas de segurança » empregados por grandes proprietários de terras. Em 2012, o advogado de MARCA foi assassinado. Um ano mais tarde, foi a vez de seu irmão que cometeu o erro de persistir em pedir « demais » uma investigação séria para identificar os assassinos e obter a condenação deles. A investigação ainda não avançou e nenhum suspeito foi identificado⁵.

¹ Conselho de Direitos Humanos : "Estudo final do Comitê Consultivo do Conselho dos Direitos Humanos sobre o avanço dos direitos dos camponeses e outros trabalhadores das zonas rurais", fevereiro 2012, pág. 4: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/19/75

² Ler, notadamente : « A fome, um negócio como um outro : como a Nova aliança do G8 ameaça a segurança alimentar na África », ACF, CCFD-Terre Solidaire e OXFAM-França, 2014, pp. 42-45 : http://ccfd-terresolidaire.org/IMG/pdf/rapport_nasan_final.pdf

³ GRAIN : « Levantamento dos agricultores colombianos : as sementes em foco na atualidade », 6 setembro 2013 : <https://www.grain.org/article/entries/4781-soulevement-des-agriculteurs-colombiens-les-semences-sous-les-feux-de-l-actualite>

⁴ Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos : « Nós não temos medo : ataque dos defensores dos direitos à terra que se opõem ao desenvolvimento desenfreado », Federação Internacional das ligas de Direitos Humanos (FIDH) e Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT), dezembro de 2014, https://www.fidh.org/IMG/pdf/obs_2014-fr-web2.pdf. Também leia : CETIM, « O direito à terra », 2014 : http://www.cetim.ch/legacy/fr/publications_brochure_terre.php

⁵ Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, op. cit., pp. 60.

Discriminação contra as mulheres rurais

Nos países em desenvolvimento, 60 a 80% dos camponeses são ... camponesas ! Elas estão sujeitas a uma dupla discriminação : enquanto camponesas e também enquanto mulheres. Em alguns países, o seu acesso aos recursos produtivos é muito complicado, seja para a obtenção de um crédito seja para deter direitos

sobre as terras que cultivam – problemas que Hilal Elver, relatora especial das Nações Unidas sobre o direito à alimentação, salientou em seu primeiro relatório oficial⁶. Algumas legislações nacionais validam por vezes esta situação. Na Guatemala por exemplo, o código do trabalho considera as mulheres rurais como ajudantes dos trabalhadores agrícolas do sexo masculino e não trabalhadoras de pleno direito com direito a um salário⁷.

Desigualdades entre os camponeses e as camponesas diante da herança

« Felitus Kures é viúva. Ela vive em Kapchorwa, no nordeste de Uganda. Após a morte de seu marido, ela se encontrou sozinha para criar os seus filhos. Para suprir as suas necessidades, ela dependia de uma pequena parcela de terra que ela cultivava anteriormente com o seu marido. Mas alguns meses após o funeral, a família do seu marido vendeu o lote de terra sem o seu conhecimento. «Demo-nos conta apenas quando o comprador veio nos expulsar», conta ela. Ela conseguiu recuperar o uso desta parcela graças a ajuda jurídica da Uganda Land Alliance, um grupo da sociedade civil. Mesmo que ela tenha tido mais sorte do que a maioria das outras mulheres, a situação da Sra. Kures é frequente na África. Após o divórcio ou o falecimento de seus esposos, muitas mulheres perdem os direitos de propriedade dos terrenos matrimoniais ou o acesso aos mesmos. »

Extrato da AGRIDAPE : « Mulheres africanas e a questão fundiária : um acesso precário e limitado », volume 28 n°1, abril de 2012. <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/west-africa/foncier-et-agriculture-familiale/femmes-africaines-et-foncier>

2 - Os camponeses mobilizam-se para defender seus direitos⁸



Demostración de la Vía Campesina ante el Consejo de Derechos Humanos

O movimento camponês internacional La Via Campesina, que engloba mais de 160 organizações em 73 países, se mobiliza desde 2001 em favor da adoção de uma Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses, para que estes sejam mais respeitados. Em 2008, após vários anos de consultas internas, La Via Campesina adotou um projeto de Declaração.

A Declaração tem por objetivo difundir os direitos dos camponeses aos Estados, às empresas e aos

próprios camponeses. Ela tem dois objetivos :

1. **Reunir em um único documento direitos reconhecidos** em diversos textos de grande importância tais como o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos ; o Pacto internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ; a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

2. **Reconhecer novos direitos** como o direito à terra, o direito às sementes e o direito à soberania alimentar. Trata-se de direitos emergentes que se apoiam em textos existentes. É o caso das Diretivas Voluntárias para a Governança Responsável dos regimes fundiários aplicáveis às terras para o direito à terra, da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica a respeito do direito às sementes ou das Constituições da Bolívia, do Equador e do Nepal para o Direito à Soberania Alimentar.

Uma Declaração é um texto que pode ter uma relevância política importante, mesmo que não tenha valor jurídico vinculativo : o reconhecimento internacional dos Direitos dos Camponeses daria uma maior força às mobilizações das organizações camponesas para combater as discriminações das quais são vítimas os agricultores.

⁶ Assembleia Geral das Nações Unidas : Relatório de atividade da Relatora Especial sobre o Direito à Alimentação (A/69/275), 7 de agosto de 2014, pp. 9-12 : <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/498/26/PDF/N1449826.pdf?OpenElement>

⁷ Conselho dos Direitos Humanos, op. cit., pp. 8, 10 e 11.

⁸ Christophe Golay : « Os direitos dos camponeses e das camponesas », 2010, publicado no site de La Via Campesina : <http://viacampesina.org/fr/index.php/les-grands-ths-mainmenu-27/droits-humains-mainmenu-40/457-les-droits-des-paysans-et-des-paysannes1>

3 - As Nações Unidas decidem redigir uma Declaração sobre os Direitos dos Camponeses

A mobilização de La Via Campesina convenceu o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas a encomendar dois relatórios sobre o assunto ao seu Comitê Consultivo de peritos independentes. Conforme as recomendações do Comitê, o Conselho dos Direitos Humanos decidiu, em setembro de 2012, a redação de uma

Declaração sobre os Direitos dos Camponeses e outros Trabalhadores das Zonas Rurais.

Um grupo de trabalho composto de representantes dos Estados e da sociedade civil se reuniu em julho de 2013 e em fevereiro de 2015 para começar a redigir o texto da Declaração.

O texto provisório da Declaração

Em janeiro de 2015, a versão provisória da Declaração⁹ incluía os pontos seguintes¹⁰ :

Após um preâmbulo, uma primeira parte apresenta definições e enumera princípios fundamentais :

Artigo 1 : Definição dos camponeses e outros trabalhadores das zonas rurais

Artigo 2 : Apresentação das obrigações dos Estados

Artigo 3 : Princípios de dignidade, igualdade e de não discriminação

Artigo 4 : Princípio de igualdade homens – mulheres

Artigo 5 : Direitos à soberania sobre os recursos naturais, ao desenvolvimento e à soberania alimentar

A segunda parte precisa os direitos fundamentais seguintes :

Artigo 6 : Direitos das mulheres rurais

Artigo 7 : Direitos à vida, à liberdade, à segurança

Artigo 8 : Direitos a uma nacionalidade e a uma existência legal

Artigo 9 : Liberdade de deslocamento

Artigo 10 : Liberdade de pensamento, de opinião e de expressão

Artigo 11 : Liberdade de associação

Artigo 12 : Direito à participação e à informação (no âmbito da elaboração das políticas públicas)

Artigo 13 : Direito à informação sobre a produção e a comercialização (produtos agrícolas)

Artigo 14 : Acesso à justiça

Artigo 15 : Direito ao trabalho

Artigo 16 : Direito à segurança e à saúde no trabalho

Artigo 17 : Direito à alimentação

Artigo 18 : Direito a um salário e a condições de vida dignas

Artigo 19 : Direito à terra e aos outros recursos naturais

Artigo 20 : Direito a um ambiente seguro, limpo e saudável

Artigo 21 : Direito aos meios de produção

Artigo 22 : Direito às sementes

Artigo 23 : Direito à diversidade biológica

Artigo 24 : Direito à água e ao saneamento

Artigo 25 : Direito à seguridade social

Artigo 26 : Direito à saúde

Artigo 27 : Direito à habitação

Artigo 28 : Direito à educação e à formação

Artigo 29 : Direitos culturais e conhecimentos tradicionais

O Artigo 30 concerne as responsabilidades das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

4 - Fazer evoluir as posições francesas e europeias

Se em setembro de 2012, a maioria dos países da África, da Ásia e da América Latina se pronunciaram em favor da elaboração da Declaração ou abstiveram-se, os países membros da União Europeia e os Estados Unidos votaram contra.

A França justificou a sua oposição ao projeto em nome do princípio de universalidade dos direitos humanos. Em outros termos, os direitos humanos baseiam-

se nos valores comuns inerentes ao ser humano. Estes valores concernem todas as pessoas, inclusive os camponeses. Dedicar em uma nova Declaração, direitos específicos aos camponeses iria de encontro a este princípio de universalidade. Coordination SUD defende este princípio fundamental. Mas este não interdita o reconhecimento de direitos específicos aos camponeses.

⁹ Draft UN Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas : <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/WGPLeasants/Session2/draftDeclaration.doc>. Ler também o estudo de Christophe Golay : "Negotiation of a United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas", Academy in-brief N°. 5, Academia de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos, Genebra, janeiro de 2015 : <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/WGPLeasants/Session2/ChristopheGolay.pdf>

¹⁰ Traduzidos do inglês pelo autor.

No passado, a França já apoiou e até impulsionou a redação de Convenções e Declarações relativas a categorias particulares da população¹¹. Estes documentos retomam o bloco comum universal de direitos e o completam em função das situações específicas das crianças, das mulheres ou dos trabalhadores assalariados diante dos empregadores, para citar apenas alguns exemplos. Cada vez, tratava-se de produzir textos levando em conta as discriminações particulares das quais sofrem determinados grupos, para melhor combatê-las. Os camponeses e outros trabalhadores das zonas rurais encontram-se neste caso (cf. a primeira parte desta nota).



Mas, existe provavelmente razões que não são expressadas oficialmente, e que concernem o reconhecimento de novos direitos. Proteger o direito dos camponeses às sementes, por exemplo, limitaria a supremacia das empresas europeias e norte-americanas¹² deste setor. Contudo, os Estados Unidos e a União Europeia protegem e promovem ativamente os seus interesses, em particular nos acordos de livre comércio, conforme mostrado no exemplo colombiano.

Em 26 de junho de 2014, o trabalho de incidência da sociedade civil começou a apresentar resultados encorajadores. Durante o voto sobre a renovação do mandato do grupo de trabalho encarregado da elaboração da Declaração, a maioria dos países europeus, inclusive a França, decidiu se abster ao invés de votar contra. O dia 1º de outubro de 2015 marca um novo progresso : Os Estados deveriam se pronunciar sobre um novo mandato de dois anos do grupo de trabalho. Os Estados Unidos foram o único país a votar contra, e os Estados europeus abstiveram-se. Agora é preciso convencer estes últimos a apoiar este processo e contribuir de maneira positiva com a elaboração de uma Declaração ambiciosa para melhorar o respeito dos direitos dos camponeses.

Coordination SUD participa ativamente do coletivo francês para a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses, ao lado de FIAN-França. Este coletivo é coordenado pela Confederação Camponesa e o CFSI.

¹¹ Por exemplo : a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra as mulheres, a Convenção relativa aos Direitos da Criança e a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

¹² Em 2013, 75 % das sementes protegidas eram comercializadas por 10 multinacionais. As 4 primeiras eram Monsanto (EUA), DuPont (EUA), Syngenta (Suíça) e Limagrain (França). Ler : Declaração de Berna : « Agropoly, estas poucas multinacionais que controlam nossa alimentação », 2014 : <https://www.ladb.ch/fileadmin/files/documents/Lebensmittelindustrie/DB-Solidaire216-Agropoly-2e-edition-juin2014.pdf>

No âmbito da sua missão de apoio ao trabalho de incidência política de seus membros, Coordination SUD criou comissões de trabalho. Assim, a Comissão de Agricultura e Alimentação (C2A) reúne 20 ONG de solidariedade internacional que atuam para a realização do direito à alimentação e reforçam o apoio à agricultura familiar nas políticas que têm um impacto na segurança alimentar mundial: () e uma organização convidada: Inter-Redes.

O objetivo da comissão consiste em coordenar os trabalhos realizados pelos seus participantes e facilitar a concertação entre os seus membros nas suas ações de incidência política junto aos atores sociais e responsáveis políticos internacionais. Os membros da Comissão trocam informações sobre os desafios internacionais atuais e se entendem sobre as representações a serem assumidas em nome de Coordination SUD em diversos lugares tais como o Grupo Interministerial francês sobre a Segurança Alimentar (GISA) e o Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) para o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). A comissão é mandatada pela Coordination SUD para formular as posições adotadas pelo coletivo durante os principais encontros institucionais tratando de agricultura e alimentação.

Contato da Comissão de Agricultura e Alimentação : Fabien Millot, Peuples Solidaires-ActionAid France
Email : f.millot@peuples-solidaires.org

Esta nota foi redigida por: Pascal Erard, Comité Français pour la Solidarité Internationale
Com a participação de Jean Vettraino, Secours Catholique-Caritas France

Esta nota foi traduzida por Taisa Conan

As notas da C2A são realizadas com o apoio da AFD.
As opiniões expostas neste documento não representam em nenhum caso a opinião oficial da AFD.



Las notas de la C2A son realizadas con el apoyo de la Agencia Francesa de Desarrollo. Los puntos de vista expuestos en este documento no representan en ningún caso el punto de vista oficial de la AFD.

